
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor Litoral
Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos



EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL ATRAVÉS DAS ARTES

CURITIBA

2015

JAILSON ARAÚJO CARVALHO

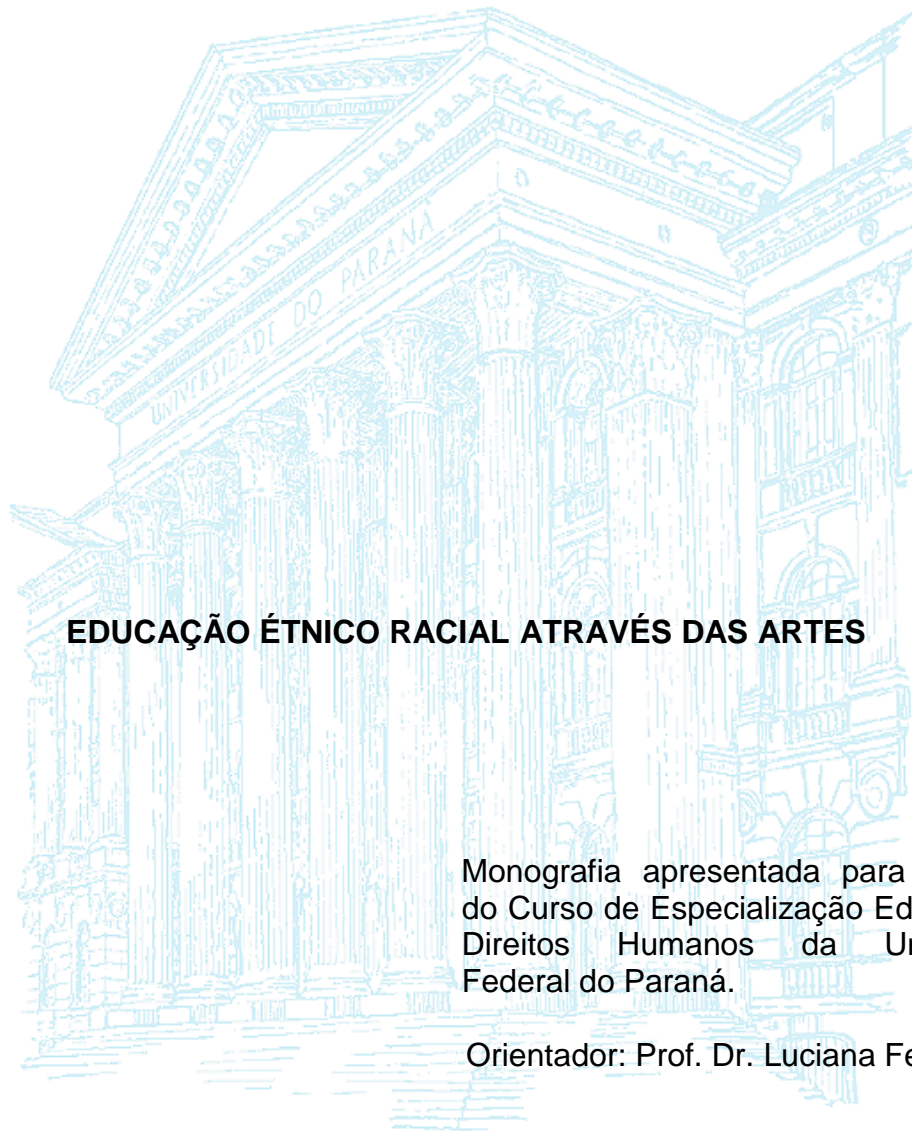


EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL ATRAVÉS DAS ARTES

CURITIBA

2015

JAILSON ARAÚJO CARVALHO



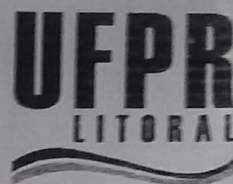
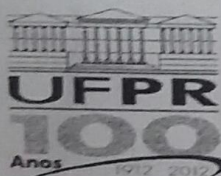
EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL ATRAVÉS DAS ARTES

Monografia apresentada para conclusão
do Curso de Especialização Educação em
Direitos Humanos da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luciana Ferreira

CURITIBA

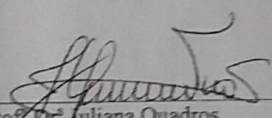
2015

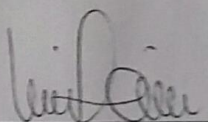


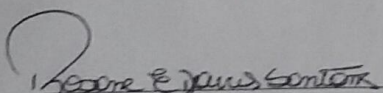
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

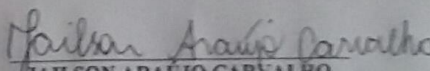
Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora Prof^a. Dr^a. LUCIANA FERREIRA realizaram em 21/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante **JAILSON ARAÚJO CARVALHO**, sob o título "*Educação étnico racial através das artes*", para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota "10" e conceito "APL".

Matinhos, 21 de junho de 2015.


Prof^a. Dr^a. Juliana Quadros
Professora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo
Pontal do Paraná


Prof^a. Dr^a. Luciana Ferreira
Professora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo Pontal
do Paraná


Prof^a. Rosane E. Barros Santana
Tutora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo
Pontal do Paraná


JAILSON ARAÚJO CARVALHO
Estudante do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo Pontal
do Paraná

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APs = Aprendizagem Parcialmente suficiente
	As = Aprendizagem Suficiente	AI = Aprendizagem Insuficiente

A mamãe, Joanita de Araújo Carvalho (*in memoria*).

AGRADECIMENTOS

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, o meu muito obrigado, especialmente meus alunos do Centro Educacional 104 do Recanto das Emas, as arte-educadoras Marileuza Dantas e Ariane Fernandes por todo apoio e conversas informais, a Diego Ignácio e Carolina Michelisa por me receberem em Curitiba e por todo o suporte durante minhas viagens ao Paraná e a minha família.

Intensifiquei todos os meus valores tonais e transpus para uma orquestração de cor pura cada coisa que senti. Eu era um selvagem sensível, repleto de violência. Traduzi o que via instintivamente, sem qualquer método, e transmiti a verdade, não tanto artisticamente quanto humanamente. Apertei, destrocei tubos e tubos de água-marinha e vermelhão.

André Derain

RESUMO

A educação existe para mudar o ser humano, sua forma de pensar a realidade, olhar o mundo de outra forma e crescer em todos os sentidos. A presente pesquisa se propôs a analisar um aspecto da educação formal, a questão da educação étnico racial dentro da educação em direitos humanos. Com a criação da Lei nº 10.639/2003 tornou-se obrigatório a inclusão de conteúdos referentes a história e cultura africana. Porém isso não acontece na prática do processo de ensino e aprendizagem. Delimitamos a pesquisa no seguinte objetivo geral: Analisar as influências da cultura negra na formação artística brasileira e como objetivos específicos: Analisar como o Centro Educacional 104 do Recanto das Emas/DF aplica a Lei nº 10.639/2003 nas disciplinas Artes; Identificar como os alunos de ensino médio do CED 104 se portam em relação as questões relativas ao dia da Consciência Negra. Foi realizado uma pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico. A escola desenvolveu a *I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse* com a intenção de inserir aspectos da cultura africana onde os estudantes mais se identificam, no esporte.

Palavras chave: Direitos Humanos, Arte Africana, Educação.

ABSTRACT

Education exists to change the human being, his way of thinking about reality, look at the world differently and grow in all directions. This research aimed to analyze an aspect of formal education, the matter of racial ethnic education within the human rights education. With the creation of the Law 10.639 / 2003 it became mandatory the inclusion of content related to African history and culture. Therefore this does not happen in the practice of teaching and learning process. We delimit this research in the following general objective: To analyze the influence of black culture in Brazilian artistic training and as specific objectives: To analyze how the Educational Center Recanto das Emas 104 / DF applies the Law 10.639 / 2003 in the subjects Arts; Identify how high school students of the CED 104 behave regarding the matter concerning the day of Black Consciousness. A bibliographic research was conducted for the theoretical basis. The school developed the First Afro-Brazilian scavenger hunt and interclass games with the intension to insert aspects of African culture where students most identify themselves, in sports.

Keywords: Human rights, African Art, Education

Lista

<i>Figura 1 Mural do palco central</i>	<i>27</i>
<i>Figura 2 Prova de Canto afro</i>	<i>27</i>
<i>Figura 3 Prova de Teatro.....</i>	<i>27</i>
<i>Figura 4 Prova de Charge afro</i>	<i>27</i>
<i>Figura 5 Prova de Dança afro</i>	<i>28</i>
<i>Figura 6 Beleza Negra</i>	<i>28</i>

Sumário

1. Introdução	12
2. Educação Para Todos	13
2.1. Educação em Direitos Humanos	16
3. Influência Negra.....	18
4. Lei nº 10.639/2003.....	22
4.1. Arte Africana	25
5. Estudo de Caso: Centro Educacional 104 – Recanto das Emas	26
5.1. Reflexões sobre a Gincana do Centro Educacional 104 – Recanto das Emas/DF	28
Considerações Finais	31
Referências Bibliográficas.....	33
Apêndice	36
Anexo	37

1 Introdução

Educação é sinônimo de crescimento intelectual, pessoal, profissional e emocional. O país em que vivemos só mudará por meio do conhecimento. O Brasil é composto por famílias mescladas de raças: brancos, negros e índios. Como muitos brasileiros, sou negro, filho de mãe branca com pai negro. Sou natural de Brasília/Distrito Federal, capital do país. Uma cidade planejada, pensada e organizada para ser habitada por todos os tipos de raças, gêneros e por toda a diversidade brasileira.

Por ser um cidadão negro, já fui exposto a todos os tipos de pré-conceitos existentes. Certa vez, em um processo seletivo para trabalhar em uma grande empresa, passei por todas as fases e no momento da contratação fui dispensado. Alguns dias depois descobri, por intermédio, funcionário da mesma empresa, que não fui contratado por ser negro. A empresa não tinha nenhum funcionário negro no seu quadro de pessoal. Foi o primeiro momento que vivi verdadeiramente o sentimento de racismo. Durante a infância e adolescência recebi alguns apelidos como chokito, crioulo, negão, mas a inocência nos resguarda desse sentimento de exclusão.

Sou formado em Artes Cênicas, um curso que aceita toda a diversidade. Na época da graduação, pude viver vários personagens grandiosos. Em um projeto, um aluno questionou minha posição pelo fato de ser negro. Na visão dele o protagonista precisava ser uma pessoa branca, de olhos verdes, cabelos loiros. Depois de muita conversa, debate e discussão, a diretora de elenco decidiu que me manteria com personagem, independentemente da cor da minha pele. O que prevaleceu foi meu talento na arte da interpretação teatral.

Na escola que eu trabalho, me vejo rodeado por pessoas das mais diversas crenças, cor da pele, opção sexual. A questão racial ainda é muito forte nos dias de hoje. Pensando na raça, do total de 48 professores, somente três são negros (incluindo eu). Temos pessoas de várias crenças, católicos, evangélicos, budistas, espíritas, mórmons. Dentro desse universo é importantíssimo o respeito entre todos para o trabalho acontecer da melhor forma possível.

A quantidade de professores negros na escola é baixíssima. Subtende-se que o negro não consegue passar no concurso para o cargo de professor, ao mesmo tempo em que não consegue se formar no curso de licenciatura, que não

consegue terminar o ensino médio ou fundamental. Esse pensamento é errado porque todos somos capazes de conquistar tudo o que quisermos, basta apenas esforço, dedicação, empenho, e muita vontade de tornar o Brasil, um país melhor para se viver. Essas questões envolvem muito mais do que simples aspectos da sociedade, elas requerem um estudo mais aprofundado sobre os reais direitos humanos, sua inserção na educação, a fiscalização dos direitos cerceados, e acima de tudo, a aplicação na vida diária da legislação que rege esses direitos.

Esta pesquisa será dividida em bibliográfica e de campo. Primeiramente serão levantadas bibliografias pertinentes ao estudo da educação étnico racial no Brasil. Para tanto serão selecionados e pesquisados, livros, artigos, revistas, periódicos, entre outros. Foi realizada uma análise sobre a *I Gincana Afro-brasileira e Jogos Escolares* e a aplicação de um questionário para quarenta e dois estudantes do terceiro ano, turma D, turno matutino do Centro Educacional 104 do Recanto das Emas.

2 EDUCAÇÃO PARA TODOS

Quando pensamos em educação, de imediato visualizamos a escola, professores, alunos, livros didáticos. Mas o que seria educação? Vários pensadores discorreram sobre esse conceito. Luaize (2009, p. 2) afirma o termo educação como o ponto central das conversas era destacado por Platão, o que modificava o corpo e a alma. Já Émile Durkheim pensava na educação como o primeiro passo para caminhada da vida. Para Pestalozzi, educar o homem implica em encontrar respostas para suprir nossas necessidades de questionamentos do futuro e da legislação que nos rege. Segundo o ICCP (1998, p, 31) se entende por educação o conjunto de influências que exerce a sociedade sobre o indivíduo. Isso implica que o ser humano se educa durante toda a vida e não por um período determinado, ela “consiste, ante todo, em um fenômeno social historicamente condicionado e com um marcado caráter classista. Através da educação se garantirá a transmissão de experiências de uma geração à outra”.

Para Martins (*apud* LUAIZA, 2009, p. 2) a educação é um processo em que a sociedade age sobre o educando, buscando entregá-lo segundo seus padrões sociais, econômicos, políticos, e seus interesses. Por isso é importante preparação

para a vida como um todo e não desfragmentada. Destacamos, de acordo com Martins) as seguintes características da educação:

É fato histórico, pois se realiza no tempo; É um processo que se preocupa com a formação do homem em sua plenitude; Busca a integração dos membros de uma sociedade ao modelo social vigente; Simultaneamente, busca a transformação da sociedade em benefício de seus membros; É um fenômeno cultural, pois transmite a cultura de um contexto de forma global; Direciona o educando para a autoconsciência; É ao mesmo tempo, conservadora e inovadora

Sobre educação poderíamos utilizar o que enfatiza Faria (2000, p. 11), “educar é transmitir ideias, conhecimentos que através de uma prática podem transformar ou conservar a realidade. A educação, portanto, é mediação entre teoria e prática”. Para que as pessoas tenham seus direitos assegurados, é preciso uma junção entre teoria e prática para que a educação em e para os direitos humanos seja realmente aplicada e vivenciada, pois a “Educação em Direitos Humanos (EDH) é, na atualidade, um dos mais importantes instrumentos dentro das formas de combate às violações de direitos humanos, já que educa na tolerância, na valorização da dignidade e nos princípios democráticos” (TAVARES, 2007, p. 487). Para isso é importante que a formação do docente esteja de acordo com as necessidades atuais para se trabalhar com EDH em sala de aula e em todo o ambiente escolar.

Para se estudar educação em e para os direitos humanos, precisamos introduzir o contexto histórico do conceito de direitos humanos, sua construção e principais ferramentas jurídicas e teóricas planejadas para a proteção e garantia dos direitos.

Os estudos e as discussões sobre direitos humanos são importantes na medida em que contribuem para afastar obstáculos à sua efetivação ou para estimular sua defesa, o que só acontece quando, além do interesse teórico, há um efetivo compromisso com a prática (DALLARI, 1998, p. 48).

Ao evitar tornar-se um fator de exclusão social, a educação pode ser um fator de coesão quando procura ter em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos. Por isso “o respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos constitui, de fato, um princípio fundamental, que deve levar à proscrição de qualquer forma de ensino estandardizado (DELORS, 1998, p. 6). Os sistemas educativos formais costumam podar as realizações pessoais das crianças e adolescentes ao impor o mesmo modelo cultural e intelectual, sem se preocupar

com a diversidade dos talentos individuais. Procuram cada vez não favorecer o desenvolvimento do conhecimento abstrato em detrimento de outras qualidades humanas como a imaginação, a aptidão para comunicar, o gosto pela animação do trabalho em equipe, o sentido do belo, a dimensão espiritual ou a habilidade manual. Cada realidade influencia de forma positiva ou negativa na ampliação do processo de ensino e aprendizagem significativa.

É importante que os próprios sistemas educativos não conduzam o estudante a situações de exclusão. O princípio de competitividade, propício em certos casos, ao desenvolvimento intelectual pode, de fato, ser deturpado e traduzir-se numa prática excessivamente seletiva, baseada nos resultados escolares, onde o sucesso e fracasso caminham lado a lado. Então, o insucesso escolar aparece como irreversível, originando frequentemente, à marginalização e à exclusão social.

Percebemos a influência dos quatro pilares da educação no processo de ensino e aprendizagem. Eles se subdividem em aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

É importante tornar em algo prazeroso o ato de compreender, descobrir e construir o conhecimento por meio do exercício da memória e do pensamento. Este tipo de aprendizagem que “ visa não tanto a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e como uma finalidade da vida humana” (DELORS, 1998, p. 6), meio esse que busca a compreensão e o aprendizado do mundo que nos rodeia. Aprender a fazer envolve uma série de técnicas a serem trabalhadas, ela está mais ligada a questões da formação profissional. Talvez um dos maiores desafios da humanidade é aprender a conviver juntos. Vivemos em um mundo cheio de violência, obrigando-nos a questionar o progresso da humanidade. A utilização intencional do espaço escolar para influenciar no desenvolvimento criativo pressupõe um trabalho em conjunto, entre educadores e escola com foco principal o aluno. Para isso a ação dos professores é essencial para a ampliação do senso criativo, assim como toda característica da escola como organização e espaço de busca por conhecimento e autoconhecimento.

2.1 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Quando estudamos sobre os direitos humanos precisamos refletir todas as condições e possibilidades de, antes de tudo, proteger os direitos diante das violações que tornam as relações humanas em algo banal.

O conceito de direitos humanos é variável de acordo com a concepção político-ideológica que se tenha e aponta três grandes concepções para fundamentar filosoficamente os direitos da pessoa humana: a) concepções idealistas; b) concepções positivistas; c) concepções crítico-materialistas". De forma resumida, é possível afirmar que das concepções idealistas vem a ideia de que os direitos humanos são inerentes ao homem, ou nascem pela força da natureza humana. Nas concepções positivistas os direitos humanos seriam um produto que emana da força do Estado através do seu processo de legitimação e reconhecimento legislativo, e não o produto ideal de uma força superior ao poder estatal, como Deus ou a razão humana. Por fim, as concepções crítico-materialistas, bastante inspiradas nas obras de Karl Marx, se desenvolvem no século XIX com forte crítica ao pensamento liberal entendendo "que os direitos humanos, como estavam enunciados nas declarações de direitos e nas constituições dos séculos XVIII e XIX, não passavam de expressão formal de um processo político-social e ideológico realizado pelas lutas sociais no momento da ascensão da burguesia ao poder político (DORNELLES, 2006, p.15).

As primeiras declarações sobre os direitos surgiram no século XVIII, um desses documentos foi a Declaração de Direitos do Estado de Virgínia (EUA). Porém a que mais obteve destaque e repercussão mundial foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1789 pela Assembleia francesa. Notamos uma mudança no pensamento mundial após as duas grandes guerras que dizimaram milhões de pessoas exemplificando uma das maiores violações dos direitos humanos. A criação da Organização das Nações Humanas (ONU) foi pensada pelos principais líderes dos países vencedores após reconhecerem a importância da proteção da pessoa diante de qualquer objetivo lucrativo que diminua a importância e o valor da vida com dignidade. Assim nasceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 10 de dezembro de 1948 como um conjunto de trinta artigos, nos quais estão indicados os Direitos fundamentais e suas exigências e "foi chamada de universal porque se dirige a toda a humanidade, devendo ser respeitada e aplicada por todos os países e por todas as pessoas, em benefício de todos os seres humanos, sem qualquer exceção" (DALLARI, 1998, p. 72-73).

Vemos essa preocupação na Declaração dos Direitos Humanos da seguinte forma:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, Considerando que o

desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum, Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão, Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades, Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso, A Assembléia Geral proclama A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (HUMPHEY, 1948).

A intensificação da discussão em torno dos Direitos Humanos e de sua importância para a humanidade em meados do século XX desenvolveu uma reflexão mundial com consequências em diversos países. O Brasil é um dos países signatários da política internacional de Direitos Humanos e acompanhou a dinâmica global ao intensificar a discussão importante, principalmente no contexto da Ditadura Militar.

Como consequência desse processo histórico, a gestação da EDH começa a acontecer na América Latina na década de 1980, ganhando força no Brasil a partir da década de 1990. As lutas travadas por movimentos populares (étnicos, de gênero, entre outros), além de propiciarem a ampliação dos direitos, encontram nos DH e na EDH um importante mecanismo de combate as mais diversas violências, sejam elas simbólicas ou físicas. É possível perceber que, a partir da última década do século XX até os dias atuais, a EDH vem se tornando um referencial de considerável relevância. É cada vez mais notável a inserção desta temática nas mais diversas instâncias, o crescimento do número de intelectuais que aderem a esta proposta e a intensificação deste debate, tanto no Estado, quanto na sociedade civil de maneira geral. Por ser uma temática relativamente nova, mas pela proporção que vem tomando, a EDH mostra sua proeminência e importância na atualidade (ADAMS, 2010, p. 27).

Para se falar em direitos humanos é importante considerar a noção de direitos do homem e seu próprio desenvolvimento na historicidade dos direitos propriamente ditos, encontrando-se desde a Antiguidade. Segundo Poole (2007, p.16), na tradição grega, além da vasta contribuição do pensamento filosófico, traduzido em nomes como Aristóteles e Platão (que abordavam questões relativas à concepção de homem e suas capacidades inatas, entre outras), o estoicismo teve uma contribuição emblemática. A escola estóica foi fundada em Chipre, por Zenão de Cítio (335-263 a.C), e pregava a existência de uma lei natural segundo a qual os seres humanos tinham em comum uma centelha de divindade, sendo que a terra e cosmos faziam parte de um sistema indissolúvel. A rigor, o estoicismo propugnava a crença de direitos universais para todos. A tradição judaico-cristã, por seu turno, também contribuiu grandemente para a concepção dos DH ao colocar que:

[...] toda pessoa merece respeito, simplesmente pelo fato de ser humano [...], pois cada pessoa é considerada divina [...] os ensinamentos de Cristo em favor dos fracos, dos coxos, dos enfermos, das viúvas, dos órfãos, dos pobres e dos privados de direitos continuam a servir de modelo para muitos ativistas de Direitos Humanos (POOLE, 2007, p. 24).

Atualmente, os Direitos Humanos podem ser considerados como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. “Os direitos humanos constituem prerrogativas básicas do ser humano, construídas historicamente, que concretizam as exigências da dignidade, da liberdade e da igualdade humanas” (TAVARES, 2007, p. 493). São aqueles direitos considerados fundamentais a todos os seres humanos, “sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral” (BENEVIDES, 2007, p. 02)

3 AS INFLUÊNCIAS NEGRAS NO BRASIL

O Brasil é um país multicultural. É impossível dizer a seguinte frase: “Somos um país branco porque fomos colonizados pelos portugueses”. Mais de 90% da população é originária da mistura do branco com o negro. Mesmo com traços físicos mais finos ou mais grosseiros. Lembro que nos primeiros anos de estudo eu era o único negro da sala. Isso sempre gerou vários apelidos maldosos. Com o passar dos

anos, isso foi mudando. Nos anos finais do ensino fundamental estudei em uma escola em que a diretora, que declaradamente não gostava de negros, fazia de tudo para culpar esses “indivíduos” por todos os problemas que aconteciam na escola. Não me lembro de nada nos livros de história que citavam o negro como ser humano, com direitos e deveres. Somente como escravos trazidos da África e forçados a servir os senhores brasileiros. No ensino médio essa realidade mudou muito. Na universidade também. Mesmo com todas essas diferenças, tenho poucos amigos negros, nunca tive nenhum professor negro, nunca fui atendido por nenhum médico negro, tive uma chefe negra, mas que foi promovida e transferida para outra unidade. Atualmente, existem três professores negros na escola que eu trabalho dois pedagogos e eu. E ainda hoje, nas reuniões de pais, eu sou visto com maus olhos por muitos deles. Parece que não sou capacitado o suficiente. Assim que passei no concurso da Secretaria de Educação do DF e assumi nessa escola a diretora fez questão de ressaltar para os pais que eu fiquei na classificação 12 entre 6.000 professores de artes.

De acordo com Amaral (2009, p. 162) o “Brasil é o país da diversidade. Em inúmeros aspectos de nosso cotidiano, convivemos com uma complexa heterogeneidade que se desdobra especialmente na diferenciação cultural”. Confirmando isto, o Livro dos Temas Transversais para o Ensino Fundamental Brasileiro recomenda a temática da Pluralidade Cultural, alertando que:

[...] este tema propõe uma concepção que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar as transformações necessárias, oferecendo elementos para a compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-la com expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação. (BRASIL, 1998, p. 121).

Salum (2005) afirma que:

A expressão “arte africana” pode parecer muito redutora, amalgamando, como monolítica, uma vasta produção técnica, estilística e ontológica de centenas de sociedades, reinos e culturas da África tradicional. Mas é essa mesma expressão que nos permite sempre lembrar que as artes das sociedades da África foram, antes, rotuladas no singular, depois de terem sido chamadas de “arte primitiva” ou “selvagem”. [...] Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que plural, trata-se de uma arte única diante do mundo, mas que foi minimizada diante das ideologias que se vêm construindo desde o renascimento europeu, que culminaram na escravidão nas Américas e na colonização do continente africano, e que ameaçam até hoje a aceitação

das diferenças individuais e coletivas e do pluralismo cultural em todo o mundo.

Durante muito tempo a inteligência do negro foi questionada por muitos acadêmicos e pesquisados de vários países como destaca Appiah:

Antes do estabelecimento da raça como um conceito biológico, figuras influentes manifestaram suas dúvidas sobre a “capacidade do negro” de produzir literatura. Mesmo no Iluminismo, que enfatizou a universalidade da Razão, Voltaire, na França, Hume, na Escócia, e Kant, na Alemanha, assim como Jefferson no Novo Mundo, negavam a capacidade literária das pessoas de ascendência africana (2007: 84).

Uma das razões para se investir nesse desenvolvimento da criatividade nos alunos pode ser vista pela ótica do bem-estar emocional e consequentemente para a saúde. Tudo isso ligado ao processo de aprendizagem. E uma área de conhecimento importante para isso é a arte. De acordo com Lara (2010, p. 36) “a sensibilidade de cada pessoa filtra o conteúdo de informação e estímulos que o mundo oferece por meio de um processo de percepção próprio que modifica e cria uma realidade individual específica”, assim o aluno desenvolve um conhecimento de si mesmo.

A aprendizagem é um elemento de grande importância na educação do homem. Ele vive constantemente seu processo de ensino-aprendizagem, de maneira formal ou informal. Essa aprendizagem só se torna efetiva quando o aluno se envolve por inteiro: físico, intelectual, emocional e socialmente. Uma aprendizagem é considerada significativa quando ela é repleta de sentido, envolvendo sentimentos e significados pessoais, ocorridos por meio de experiências. É uma aprendizagem que provoca modificações no comportamento humano. Esse conhecimento é penetrante, o que provoca mudanças e aguça uma reflexão em sua vida. Uma forma de adquirir essa aprendizagem significava é através da linguagem artística (cênicas, visuais, música, dança e cinema). De acordo com França

A Arte, pois, sendo criação humana, é significação deste universo: homens e mulheres, ao construí-la, utilizam-se tanto de elementos do universo natural, como de seu meio social. A arte pressupõe um exercício subjetivo humano no diálogo consigo e com a sua coletividade: ela fornece enquanto obra possibilidade de acumulação de suas experiências (humanas) e de seu meio (FRANÇA, *apud* HERTENHA org. 2006, p. 115)

Idealisticamente, a escola deveria ter um papel importante na formação integral do ser humano. A aprendizagem é um elemento de grande importância

nessa formação. O homem vive constantemente aprendendo, de uma forma ou de outra. Essa aprendizagem só se torna efetiva quando o aluno se envolve por inteiro em todos os aspectos: físicos, intelectuais, emocionais e sociais. De acordo com Clark (2006, p.p 24-25) Carl Rogers define a aprendizagem significativa como aquela que “envolve a pessoa por inteira do aprendiz (sentimentos, assim como intelecto) e é mais duradoura e penetrante [...] visando à aprendizagem pela pessoa inteira, que transcende e engloba as aprendizagens afetiva, cognitiva e psicomotora.

Vivemos um processo de seleção em nossa mente todos os dias, buscamos aprender apenas aquilo que consideramos importante para a nossa vida. Tudo que foge aos nossos valores e que entendemos como desnecessário não fica retido, simplesmente esquecemos. Um exemplo claro dessa situação está nas várias matérias que decoramos em nossa vida educacional apenas para fazer uma prova. Após o teste o assunto que foi decorado vai aos poucos sendo esquecido em nossa memória por não ter uma aplicação no nosso cotidiano. Por isso uma educação que apenas pretenda transmitir significados que estão distantes da vida concreta dos alunos não produz significado algum. É necessário haver uma ligação com as experiências individuais de cada um.

Um meio muito eficiente de se ampliar esse processo de aprendizagem significativa é através das aulas de linguagens artísticas (cênicas, visuais, dança, música e cinema). Segundo Duarte Jr. (2003, p. 65) “pela arte somos levados a conhecer melhor nossas experiências e sentimentos, naquilo que escapam a linearidade da linguagem. A arte oferece uma maneira de despertar o indivíduo para que entenda melhor o seu processo de sentir”. Além disso, a arte possibilita o seu desenvolvimento como indivíduo, a sua educação. De acordo com Susanne Langer,

O treinamento artístico é, portanto, a educação do sentimento, da mesma maneira como nossa educação escolar em matérias fatuais e habilidades lógicas, tais como o ‘cálculo’ matemático ou a simples argumentação [...] é a educação do pensamento. Poucas pessoas percebem que a verdadeira educação da emoção não é o ‘condicionamento’ efetuado pela aprovação ou desaprovação social, mas o contato tácito, pessoal, iluminador, com símbolos de sentimentos (LANGER, 1971, p. 90).

A importância da arte é confirmada por pessoas do mundo inteiro. Um dos presidentes dos EUA, George W. Bush declarou numa carta para a National Humanities Month de 2002 que “as artes melhoram nossas vidas, estimulam nossa criatividade e nos permite expressar nossas emoções, pensamentos e aspirações

através de inúmeras formas de expressão artística” (HAO, 2006, p. 28). Outra forma da arte influenciar a educação é “o desenvolvimento de competências afetivas, sociais e emocionais. Exemplo é a autoestima, motivação, apreciação estética, cooperação, empatia e expressão criativa” (CLARK, 2006, p.30). A arte “não possibilita apenas um meio de acesso ao mundo dos sentimentos, mas também o seu desenvolvimento, a sua educação” (DUARTE JUNIOR, 2003, p. 66).

De acordo com Martins (1998, p. 130) “é preciso abrir espaço para que possa desvelar o que pensa, senti e sabe, ampliando sua percepção para uma compreensão de mundo mais rica e significativa” isso porque conhecer:

[...] não se resume em aprender coisas, se isto fosse entendido como ir acrescentando uma coisa aprendida as outras, numa espécie de processo acumulativo semelhantes a juntar coisas num montão. A aprendizagem não é um amontoado sucessivo de coisas que vão se reunindo. Ao contrário, trata-se de uma rede ou teia de interações neuronais extremamente complexas e dinâmicas, que vão criando estados gerais qualitativamente novos no cérebro humano (*idem, ibidem*, p. 40).

4 LEI Nº 10.639/2003

É inegável que a escravidão foi um processo muito marcante para a definição das características do mundo atual. A África ainda é o continente com os países mais pobres do mundo, tantos anos depois da escravidão. E, muitos dos países que foram colonizados e viveram fortemente o regime escravocrata são países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil. Um aspecto que influenciou muito a configuração social e a organização social brasileira é o aspecto escravizar e ser escravizado.

Desde a escravidão até os dias de hoje, é mais comum associar a discriminação negativa a pessoas afro-brasileiras. Uma vez que os africanos, independentemente de qual comunidade pertenciam foram obrigados a compor uma única comunidade, considerada de segunda categoria: a dos escravizados. Mesmo com a abolição da escravatura, essa grande diversidade de comunidades continuou a ser vista como algo homogêneo, o que facilitou a perpetuação de preconceitos e discriminações em relação a todos eles (MARTINS, 2010, p. 10)

O Brasil é um país onde o “O multiculturalismo pode ser um contraponto à perpetuação de dualismos como negro e branco, mulher e homem e assim por diante, contribuindo para evitar que se perpetue justamente o que se combate: o preconceito contra o outro, percebido de forma congelada e estanque (ASSIS E

CANEN, 2004, p.723). Durante vários anos os direitos do negro foram violados. Para minimizar essa agressão é importantíssimo a construção da escola justa.

A Lei 10.639 introduziu a obrigatoriedade do estudo da Cultura e História Afro-Brasileira, trazendo contribuições para a melhoria nas relações étnico-racial no cotidiano escolar. Todas as escolas públicas e particulares da educação básica devem incluir e ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras. A obrigatoriedade, nos currículos do ensino fundamental e médio, existe desde o início da vigência da Lei nº 10.639, em 2003.

Mesmo diante dessa obrigatoriedade, muitos alunos desconhecem a contribuição histórico-social dos descendentes africanos no país. A legislação não foi pensada na sua integralidade para abarcar todos os professores e alunos. O que percebemos são ações isoladas de disseminação do movimento negro em universidades, com a criação de centros de convivência negra.

A Lei nº 10.639/2003 acrescentou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) dois artigos: 26-A e 79-B. O primeiro estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. O mesmo artigo ainda determina que tais conteúdos devem ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.

A cor da pele é um dos primeiros aspectos que é percebido na relação interpessoal, um fator que influi nas relações étnico-raciais que são estabelecidas entre os estudantes na escola. Notamos, por meio de atitudes e ações realizadas pelos alunos, que o considerado normal é o que mais se aproxima do ser branco. Tudo o que difere dessa característica é, conseqüentemente discriminado e excluído. Estes educandos estão sujeitos a um processo de estigmatização que ocorre tanto dentro como fora do ambiente escolar ou locais isolados. Mitos e estereótipos sobre o negro foram e continuam sendo disseminados nas escolas, isso somado aos demais, constitui em um dos fatores que influenciam para o fracasso escolar da criança de ascendência africana, assim como afirma Munanga (2000, p. 235, 236):

Apesar da generalidade da exclusão de todos os alunos pobres, independente de sexo, cor, religião, idade, etc., os resultados de todas as pesquisas sérias realizadas no país mostram que, mesmo nas escolas mais periféricas e marginalizadas do sistema da rede pública, onde todos os alunos são pobres, quem leva a pior em termos de insucesso, fracasso, repetência, abandono e evasão escolares é o aluno de ascendência negra, isto é, os alunos negros e mestiços. O que logicamente leva a crer que a pobreza e a classe social não constituem as únicas explicações do insucesso escolar do aluno negro e a buscar outras fontes de explicação (MUNANGA, 2000, p.235-236).

Muitos estudantes com características negras passam por um processo excludente ao serem rotulados como “macacos”, “picolé de asfalto”, “trabalho de preto” (quando algo errado é feito), “só podia ser preto”. Essas expressões pejorativas no ambiente escolar mostra a gravidade das ofensas sofridas e que interferem diretamente no processo de ensino e aprendizagem significativa. O papel do ensino de História sobre a cultura negra é discutido em Xavier e Dorneles (2009), que apontam que o ensino de História,

[...] pode contribuir para desnaturalizar o preconceito étnico-racial. Em especial, as disciplinas escolares de história, literatura, educação artística e geografia, podem contribuir para os processos de compreensão do presente e dos diferentes projetos de sociedade. Para tanto, tais projetos podem e devem ser questionados nas aulas fundamentados na análise das relações de poder ligadas a configurações políticas, econômicas e culturais mediadas por diferentes grupos sociais ao longo do tempo (XAVIER e DORNELLES, 2009, p. 579-581).

É necessário ressaltar que a Lei 10.639/03 foi atualizada pela Lei 11.645 de março de 2008, que incluiu, além da história e cultura afro-brasileira a cultura indígena com destaque para a composição da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos. Isso nos provoca reflexões sobre a formulação do material didático e como estes conteúdos são ministrados na educação básica. Historicamente, as conquistas no campo educacional começaram a surgir “na década de 1990 por meio de movimentos de reivindicações como a Marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em 1995 com a qual conquistaram, entre outras coisas, certa atenção dos órgãos governamentais em relação aos materiais didáticos direcionados aos sistemas públicos de ensino”, que em sua grande maioria mostravam a cultura negra e sua história com conceitos de inferioridade racial e preconceito. Oliveira (2009, p. 55) conceitua preconceito racial como uma “concepção sem exame crítico, formada *a priori*, transmitida culturalmente de

geração em geração. Caracteriza-se por ideias assumidas com propriedade, sem reflexão, sobre sua racionalidade e sobre a consequência de aderir ou não a elas”.

4.1 ARTE AFRICANA

Ao longo da história brasileira, percebemos a dificuldade da aceitação da cultura negra influencia nosso contexto social, econômico ou cultural. Padrões estéticos são impostos pela sociedade, cercando o direito de inserção da identidade negro-africana. No contexto mundial, a arte africana estava presente há muito tempo.

Quanto à produção africana poderíamos acrescentar: sua presença já era registrada na Europa desde o século XV, quando um filho de André Tiraqueau, protegido de Rabelais, reúne em Paris uma coleção de objetos exóticos, os fetiches *noires*. No século XVI são levadas peças em madeira, marfim e bronze de zonas banto, atual Angola, para a Europa. No século XVIII um musicólogo da corte de Brunswick reproduz peças em marfim em seu *Theatmm Instnmentorum*. Ainda nesse mesmo período, são levadas peças em ouro da Nigéria (como a máscara do Rei Ashanti Koffe Kalakalli) e outras em bronze (SILVA, 1997, p. 45).

Inicialmente, a arte africana trazida pelo negro é utilizada pela igreja no período Colonial e Imperial. Se fossemos traçar um breve esboço da presença da arte africana na trajetória brasileira poderíamos destacar a arte barroca com sua matriz africana em anjos e madonas com traços negros. Silva (1997, p. 48) destaca que “tais conhecimentos não são difundidos entre nós, nossa cultura omite essa herança”. Tal conhecimento sobre a infinidade da riqueza cultural e estética da sociedade africana poderá contribuir para a diminuição ou eliminação de estereótipos e estigmatização social que o negro sofre durante a história da formação da sociedade brasileira. Nada justifica dizer que um grupo de pessoas é superior a outro somente por causa da cor da pele.

Nosso sistema educacional tem compactuado com a ideologia do embranquecimento com livros didáticos e práticas pedagógicas que omitem ou camuflam as raízes africanas, isso permite a disseminação de valores negativos diante da cultura negra. O ensino da arte poderia fortalecer valores positivos da identidade cultural afro-brasileira. Por meio da arte e da cultura podemos compreender o que um povo está querendo dizer para o mundo.

5 ESTUDO DE CASO: CENTRO EDUCACIONA 104 – RECANTO DAS EMAS/DF

A pesquisa de campo foi realizada no mês de setembro de 2014, com alunos do terceiro ano do ensino médio do Centro Educacional 104 do Recanto das Emas/DF (CEd. 104). A definição da escola se deu por ser o meu local de lotação como professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação do DF. Estou nessa escola desde janeiro de 2014 até o presente momento. Atuo como professor de Artes Cênicas para as turmas do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio no turno matutino há um ano e seis meses (sou professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal há três anos). Foi realizado observações, registros fotográficos e a aplicação de um questionário sobre a Lei 10.639/03 com quarente e dois estudantes do terceiro ano D, do turno matutino, no CEd. 104.

A aplicação da Lei 10.639/03 no Centro Educacional 104 do Recanto das Emas/DF (CEd 104), teve início no ano de 2014 com a inclusão de atividades e provas culturais nos Jogos Interclasses. Para tal foi construído pelo corpo docente da escola um edital que regesse a atividade pontuando as provas culturais com cunho na história e cultura da África (anexo A).

A I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse do CEd 104 trata-se de um evento interdisciplinar cujo intuito maior é a promoção do conhecimento acerca de conteúdos relativos ao ensino da história e cultura afro-brasileiras, com base na Lei 10.639/03, no estatuto da Igualdade Racial e nas diretrizes curriculares do Currículo em Movimento da SEDF, além de instigar a integração entre os membros da comunidade escolar, por meio dos jogos e demais provas culturais, em um ambiente de descontração, socialização e solidariedade [...] O tema da I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse do CEd 104 será “Igualdade racial para a justiça social” (ANEXO A).

A gincana foi iniciada com o sorteio dos países africanos para cada turma, cujo objetivo era diminuir a distância entre os estudantes e o continente africano. Todas as turmas confeccionaram uniformes com representações de cada nacionalidade. Além das competições esportivas, incluímos a gincana cultural com provas realizadas nos cinco dias dos jogos interclasse simultaneamente, com as seguintes provas definidas em edital (ANEXO A) :

6.2.1. Apresentação de canto (em ritmos afro-brasileiros)

6.2.1.1. Cada equipe deverá apresentar uma música, com acompanhamento instrumental ou playback (podem ser convidados outros alunos ou pessoas de fora da escola apenas para os acompanhamentos

instrumentais e **somente** poderão ser utilizados **violão, baixo e/ou percussão**, exceto bateria).

6.2.2. Danças em ritmos afro (1ºs ano)

6.2.2.1. Cada equipe deverá apresentar uma dança afro-brasileira ou africana, com acompanhamento de música mecânica ou ao vivo (podem ser convidados outros alunos ou pessoas de fora da escola apenas para os acompanhamentos instrumentais).

6.2.3. Charge

6.2.3.1. Os alunos deverão compor um mosaico e uma charge sobre o tema do evento.

6.2.4. Mural fotográfico e poético (2ºs anos)

6.2.4.1. Os alunos deverão compor um mural de fotografias e poesias compostas por eles mesmos sobre o tema do evento.

6.2.5. “Solidação” – Solidariedade em Ação

6.2.5.1. Prova de caráter contínuo, em que cada equipe deverá apresentar um projeto de solidariedade em ação, com resultados sociais práticos e benéficos para a comunidade (ANEXO A).

De fato bastante interessante, o aspecto cultural com ponto irradiador que uniu os estudantes para a criação das coreografias, dos ensaios de canto, no pensar do mosaico ou na criação do quadro fotográfico e poético.



FIGURA 1: Mural do palco central.

FONTE: o autor, 2014



FIGURA 2: Prova de Canto afro.

FONTE: o autor, 2014



FIGURA 2 - Prova de Teatro

FONTE: o autor, 2014.



FIGURA 4 - Prova de Charge afro.

FONTE: o autor, 2014.



FIGURA 5: Prova de dana afro
FONTE: o autor, 2014



FIGURA 6: Beleza negra.
FONTE: o autor, 2014

5.1 REFLEXOES SOBRE A GINCANA DO CENTRO EDUCACIONAL 104 – RECANTO DAS EMAS/DF

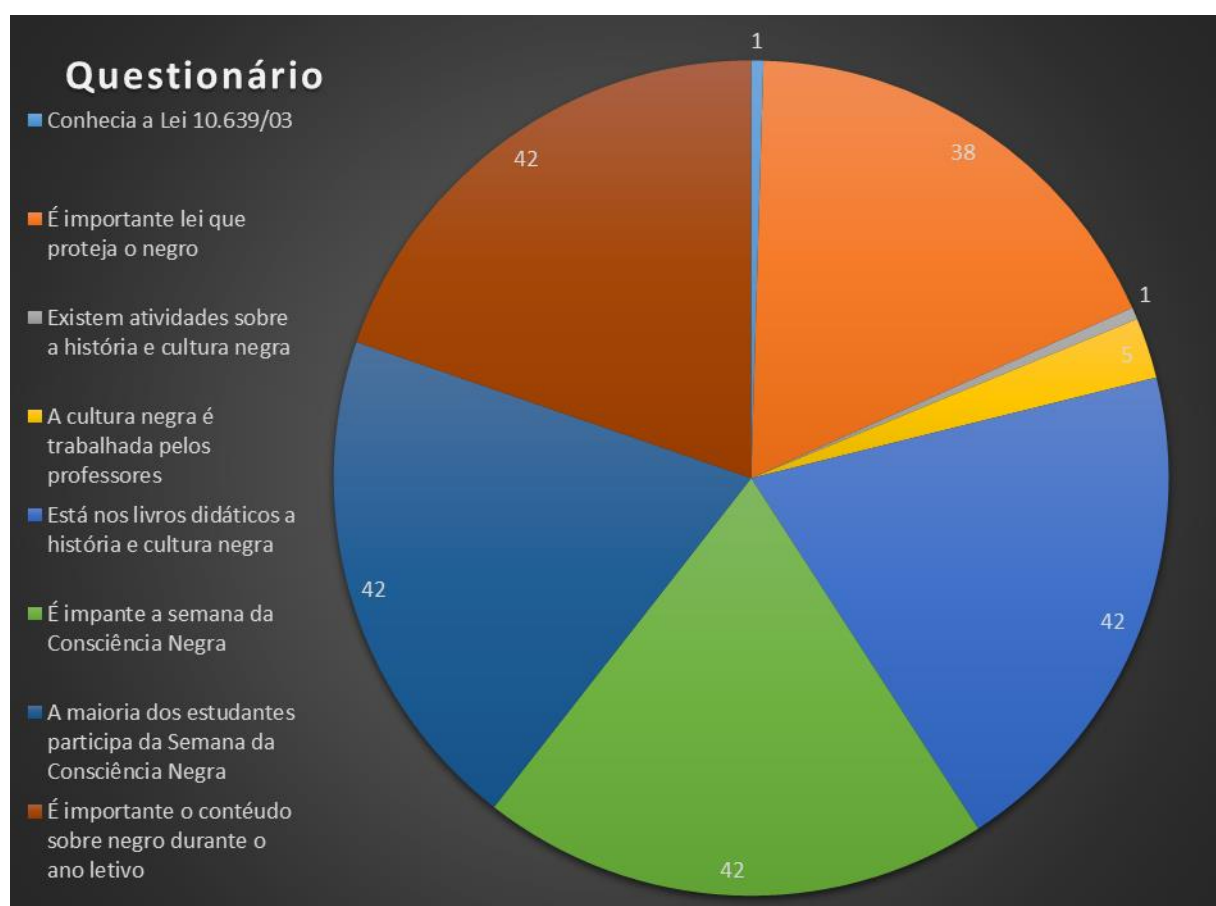
A *I Gincana Afro-Brasileira e Jogos Interclasse* foi o primeiro passo para a construção do conhecimento e fortalecimento da importância da inclusão, de forma contínua, do conteúdo sobre a história e cultura africana nas disciplinas lecionadas para o ensino médio. Esta atividade cultural aliada a esportiva originou-se com a intensão de mostrar conseguir o maior número de participantes pesquisando, refletindo, coletando informações e aplicando isso nas provas pré-estabelecidas e nas provas surpresas sobre história e cultura africana. A união das provas culturais com as provas esportivas obrigou os estudantes, inicialmente, a procurar informações pertinentes aos temas propostos, pois a pontuação poderia definir a turma vencedora. O prêmio oferecido pela escola a turma vencedora foi uma viagem de três dias, com despesas pagas para Caldas Novas.

Durante a semana de provas culturais e esportivas observamos que os estudantes se envolveram com todas as informações do país destinado para cada turma. O que inicialmente foi pensado de forma tímida, ocupou lugar de grande destaque e preocupação no planejamento dos estudantes. Pensar no teatro como forma de inclusão racial que permite o negro exercer todas as funções possíveis na cadeia social e econômica, ensaiar uma música que retratasse a essência da cultura do país utilizando o instrumento adequado, pesquisar o vestuário para a apresentação da beleza negra ou criar coreografias sobre danças afro-brasileiras despertou nos estudantes e nos professores uma reflexão para o desenvolvimento do pensamento crítico sobre a história e cultura africana.

Dois meses antes do início da atividade, aplicamos um questionário para quarenta e dois alunos do terceiro ano D do CEd 104 (Modelo do questionário no Apêndice) sobre a Lei 10.639/03. Somente um estudante tinha conhecimento da legislação, sua função ou o que ela protege. A grande maioria desconhecia a existência de uma legislação cuja finalidade é fiscalizar para que nenhum direito do cidadão afro-brasileiro e todo o conhecimento histórico e cultural sobre o negro não seja violado.

Ainda podemos perceber que alguns estudantes pensam que não seja importante uma legislação voltada especificamente para a proteção da cultura negra. Esse pensamento ainda existe entre os estudantes e/ou professores devido à falta de ações pedagógicas voltadas para o fortalecimento desse conteúdo. Além disso, a quantidade de propostas educacionais sobre o negro é quase que zero. E o fato dos estudantes perceberem a existência de informações nos livros didáticos não influencia de forma significativa o processo de ensino e aprendizagem.

O fato mais importante de todo esse processo foi o reconhecimento dos estudantes sobre a necessidade da inclusão da história e cultura negra no currículo escolar, de forma contínua e não de como uma ação isolada e esquecida o resto do ano letivo.



Pergunta	Sim	Não
1	1	40
2	38	4
3	1	40
4	5	37
5	42	0
6	42	0
7	42	0
8	42	0

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A questão central da história africana para o povo brasileiro é a reflexão e a compreensão da magnitude de, como ela influenciou e continua influenciando a formação cultural da nossa sociedade. O trabalho discutiu a questão da importância da educação para a formação do cidadão. Somente por meio dela poderemos mudar a trajetória de milhares de cidadãos brasileiros estigmatizados como miseráveis para pessoas com a vida digna, ou seja, com condições de autossuficiência, seja ela financeira, emocional e principalmente intelectual. A educação básica, foco desta pesquisa, é o segundo lar para as crianças e adolescentes, pois é nela que eles ficam cinco horas por dia, cinco vezes por semana, de fevereiro a dezembro, dos 4 anos aos 18 anos de idade. Convivemos muito mais com nossos colegas de sala do que com muitos familiares. É importantíssimo desenvolver um ambiente escolar acolhedor onde cada estudante consiga desenvolver suas potencialidades intelectuais com todo acompanhamento necessário.

Discutiu-se também neste texto a questão da educação voltada para os direitos humanos. Mas antes de se falar em direitos precisamos discutir os deveres de cada um de nós enquanto cidadãos – e em como a violação desses direitos é capaz de resultar em barbáries e dor. Quando pensamos em proteção dos direitos humanos pensamos no aspecto mais importante da vida, é necessário a fiscalização da lei para que os direitos não sejam violados. Desde muito tempo a humanidade percebeu a importância da proteção de tais direitos e como isso influencia positivamente ou negativamente na formação da sociedade contemporânea.

Partindo dos direitos humanos chegamos ao negro, a África. É visível que a vinda dos escravos para o Brasil trouxe, não somente mão obra, mas pessoas, cidadãos com conhecimento pessoal, histórico e cultural. É inegável pensar que após a abolição o escravo sumiu da sociedade e apagou todos os seus rastros para as gerações futuras. Todo o conhecimento que veio com este negro, escravo, humilhando, foi disseminado na sociedade brasileira em formação, antes e depois da Proclamação da Independência. Podemos observar traços da sociedade africana na nossa música, dança, teatro, artes visuais, literatura, e em várias manifestações artísticas brasileira, ou melhor, afro-brasileira. Por isso a importância da criação de uma legislação que protegesse esse conhecimento e permitisse as gerações futuras compreender o quanto devemos aos negros, inicialmente escravos, posteriormente

participantes ativos da formação da sociedade brasileira. A Lei 10.639/03 protege os direitos da oferta desse conhecimento para todas as gerações de estudantes.

Por fim foi narrada uma experiência acontecida em novembro de 2014. Esta experiência deu base para inúmeras reflexões apresentadas no capítulo 4 desta pesquisa. Demos concluir que o Centro Educacional 104 do Recanto das Emas/DF iniciou seu trabalho de inclusão da história e cultura africana no processo de ensino e aprendizagem, inicialmente, de forma muito pequena, mas com resultados grandiosos. Após a *I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse*, os estudantes puderam iniciar sua reflexão pessoal sobre a importância da compressão desse conteúdo no cronograma do ano letivo, e não somente em um período curto. Percebemos o envolvimento dos estudantes em todas as atividades culturais referentes a África. Todos tiveram que pesquisar muito sobre o país determinado para cada turma. Buscaram o conhecimento para aplicar na prática do processo de ensino e aprendizagem de forma significativa. A reflexão que permanece é expandir essa atividade para o ano, e não fragmentá-la a semana da consciência negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENITO, Almaguer Luaiza. **Educação, ensino e instrução: o que significam estas palavras.** Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos3/educacao-ensino-instrucao/educacao-ensino-instrucao2.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2015.

ADAMS, José Rodrigo Barth. **Educação em direitos humanos: ótica do pardal ou visão de águia? Um estudo sobre a política nacional de educação em direitos humanos.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2010.

AMARAL, Carla Giane Fonseca do. **A Arte Africana e sua Relevância para a Consciência Multicultural.** In Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel. Pelotas: 2009SALUM, Marta Heloísa Leuba. **Arte Africana.** 2005. Disponível em <http://www.arteafricana.usp.br/> Acesso em: 22 nov. 2014.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na Casa do Meu Pai.** Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

ASSIS, M. D. P.; CANEN, A. **Identidade Negra e Espaço Educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo.** Cadernos de Pesquisa. v. 34, n. 123, p.709-724, 2004.

AUGUSTINE, Roger J. et al. **Indian Claims Commission Proceedings.** Minister of Public Works And Government Services Canada. 1998.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Disponível em <<http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>>. Acesso em 2 maio de 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Temas Transversais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

CLARK, Susan J. **The Relationship Between Fine Arts Participation and Emotion Intelligence of Fifht-Grade Elementary Students.** Tese de Doutorado em Filosofia. Departamento de Psicologia e Tecnologia Educacional. Provo, EUA: Brigham Young University, 2006.

DALLARI, D. A. **Direitos humanos e cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.

DELORS, Jacques, et al. **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez, 1998.

DERAIN, André, apud Sarah Whitfield. **Fauvismo,** in Nikos Stangos (org.), **Conceitos da arte moderna.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

DORNELLES, J. R. W. **O que são direitos humanos.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **Por que Arte-Educação.** Campinas, SP: Papirus, 1991.

DUBET, F. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa. São Paulo: vol. 34, n.123, 2004.

FARIA, A. L. G. **Ideologia no livro didático.** São Paulo: Cortez, 2000.

HAO, Pricilla. **An interpretation of modern: costume designs for an adaptation of Shakespeare's The Two Gentlemen of Verona.** Dissertação de Mestrado em Belas Artes. Departamento de Teatro e Mídia Artes, Provo, EUA: Brigham Young University, 2006.

HERTENHA, Glauce et all. **[Des]caminhos da Arte-Educação.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda. 2006.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

HUMPHEY, John Peters, et all. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris, Palais de Chaillot, 1948.

LANGER, Susanne. **Ensaio filosóficos.** São Paulo: Cultrix, 1971.

LARA, Luciana. **Arqueologia de um processo criativo:** um livro coreográfico. Brasília: Anti Status Quo Companhia de Dança, 2010.

MARTINS, Davi Silvestre Fernandes. **A Lei 10,639, o cotidiano e as relações étnico-racial: um estudo de caso.** Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Paulista. Rio Claro, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa.** São Paulo. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, J. **Didática Geral.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias et. al. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo – poetizar, fruir e conhecer a arte.** São Paulo: FTD, 1998.

MUNANGA, Kabengele. O preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizado do alunado negro. In: AZEVEDO, Clóvis, GENTILI, Pablo, KRUG, Andréa e SIMÃO, Cátia. **Utopia e democracia na educação cidadão.** Porto Alegre: Ed. UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000.

OLIVEIRA, Lúcio. **Tímidos ou Indisciplinados? Por que são tão tímidos? Por que são tão indisciplinados?** 2ª edição. Coleção Percepções da Diferença, Negros e Brancos na Escola. SANTOS, Gislene Aparecida (org.), vol. 8. São Paulo: Terceira Imagem, 2009.

POOLE, Hilary. **Direitos Humanos: referências essenciais.** São Paulo: EDUSP, Núcleo de Estudos da Violência, 2007.

SILVA, Dilma de Melo. **Identidade afro-brasileira: abordagem do ensino da arte.** Revista Comunicação e Educação, Escola de Comunicação e Artes (USP). São Paulo, 1997.

TAVARES, C. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, R. M. G. (Org.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

TAVARES, Celma. **Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar.** In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. DIAS, Adelaide Alves. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Et all. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

XAVIER, Maria do Carmo; DORNELLES, Ana Paula Lacerda. **O debate parlamentar na tramitação da lei 10.639/2003:** interrogando o papel da escola na construção da identidade cultural e étnica no Brasil. Eccos – Revista Científica, Universidade Nove de Julho Brasil. v. 11, n. 2, 2009.

APÊNDICE



Jailson Araújo Carvalho

Questionário aplicado com os estudantes do Centro Educacional 104 do Recanto das Emas/DF no mês de setembro de 2014.

- 1 – Você conhece a Lei 10.639/03? ☐ SIM ☐ NÃO
- 2 – É importante uma legislação que proteja e fiscalize para que os direitos do negro no Brasil não sejam violados? ☐ SIM ☐ NÃO
- 3 – Existe algum trabalho sobre a importância da história e cultura africana na sua escola? ☐ SIM ☐ NÃO
- 4 – A história e cultura africana é um conteúdo contemplado durante o ano letivo pelos professores? ☐ SIM ☐ NÃO
- 5 – A história e cultura africana é um conteúdo contemplado em algum dos seus livros didáticos? ☐ SIM ☐ NÃO
- 6 – Você considera importante que a escola tire uma semana do ano letivo para tratar de assuntos sobre a Semana da Consciência Negra? ☐ SIM ☐ NÃO
- 7 – A maioria dos estudantes participam das atividades propostas para a Semana da Consciência Negra? ☐ SIM ☐ NÃO
- 8 – Seria importante que assuntos relacionados a história e cultura africana sejam estudados durante o ano letivo? ☐ SIM ☐ NÃO

ANEXO A

I GINCANA AFRO-BRASILEIRA E JOGOS INTERCLASSE DO CEd 104

1. DA APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

1.1. A I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse do CEd 104 trata-se de um evento interdisciplinar cujo intuito maior é a promoção do conhecimento acerca de conteúdos relativos ao ensino da história e cultura afro-brasileiras, com base na Lei 10.639/03, no estatuto da Igualdade Racial e nas diretrizes curriculares do Currículo em Movimento da SEDF, além de instigar a integração entre os membros da comunidade escolar, por meio dos jogos e demais provas culturais, em um ambiente de descontração, socialização e solidariedade.

1.2. Este evento será realizado no período de 14/11/2014 a 22/11/14.

1.3. O tema da I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse do CEd 104 será “Igualdade racial para a justiça social”.

2. DA PARTICIPAÇÃO E PONTUAÇÃO NA NOTA BIMESTRAL

2.1. Considerações Gerais sobre a participação e pontuação na nota bimestral

2.1.1. Participarão da I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse do CEd 104 todos os alunos do CEd 104, sendo vedada a participação de alunos representando turmas diferentes das suas ou de alunos de outras unidades de ensino.

2.1.2. As infrações disciplinares ocorridas durante os jogos estarão sujeitas ao Código de Regras do esporte em questão e ao Código Disciplinar do Regimento Interno do CEd 104.

2.1.3. Será atribuído 1,0 ponto aos alunos efetivamente inscritos e participantes, em todas as disciplinas, conforme interesse de cada professor em atribuir tal pontuação, sendo esta pontuação considerada “extra” aos pontos correntes relativos ao 4º Bimestre.

2.1.4. Conjuntamente à pontuação extra de 1,0 ponto, a nota bimestral da disciplina “Educação Física” se dará por meio da participação nos Jogos Interclasse e na Gincana afro-brasileira, além da prova interdisciplinar do 4º Bimestre.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições para os Jogos Interclasse e para a Gincana Cultural estarão abertas no período de 08/10/2014 a 08/11/2014 e serão realizadas por meio de ficha própria (ANEXO I), no período de inscrição, somente na sala de Coordenação Pedagógica do CEd 104.

3.2. A ficha de inscrição contém dois campos que devem ser assinalados conforme o tipo de participação: JOGOS INTERCLASSE e/ou GINCANA AFRO-BRASILEIRA e indicada(s) a(s) modalidade(s) desportiva(s) e/ou prova(s) da gincana.

3.3. O valor simbólico da taxa de inscrição é de R\$3,00 (três reais) por aluno para auxílio no custeio dos prêmios a serem recebidos pelas equipes vencedoras, conforme acordado entre pais, alunos e direção.

3.4. O pagamento da taxa de inscrição dará a cada aluno o direito de escolher uma modalidade desportiva dos JOGOS INTERCLASSE e uma prova da GINCANA

AFRO-BRASILEIRA, as quais devem ser indicadas nos campos devidos da ficha de inscrição.

3.5. Para cada modalidade desportiva ou prova da gincana a mais que o aluno queira participar será cobrada a taxa de R\$ 1,00 (um real) adicional ao valor da taxa de inscrição.

3.6. Não será permitida a inscrição de qualquer aluno, inclusive reservas ou substitutos, fora do prazo disposto no item 3.1 deste edital, salvo em caso de transferência de aluno, atestado médico ou necessidade de atenção médica comprovada que o impeça de participar dos jogos e/ou provas em que estiver inscrito.

4. DOS UNIFORMES

4.1. Cada turma deverá escolher o nome de um país africano para sua equipe e o seu uniforme deverá conter: o nome do país escolhido, as cores de sua bandeira, a logomarca da escola e a turma. A confecção da arte dos uniformes será de inteira responsabilidade de cada turma.

4.2. Os nomes e uniformes serão submetidos à aprovação da Coordenação Pedagógica do CEd 104.

4.3. Os países representantes de cada turma serão escolhidos por meio de sorteio, a ser realizado em data definida pela Coordenação.

4.4. Os uniformes poderão ser utilizados posteriormente nas aulas de Educação Física, mas não poderão ser utilizadas como uniforme escolar.

5. DOS JOGOS INTERCLASSE

5.1. Modalidades e número de inscrições por turma

5.1.1. Futsal (masculino e feminino) - 05 a 12 inscritos (5 titulares e 7 reservas)

5.1.2. Vôlei (misto) - 06 a 12 inscritos (3 homens e 3 mulheres titulares; 3 homens e 3 mulheres reservas)

5.1.3. Queimada (feminino) - 08 a 10 inscritos (8 titulares e 2 suplentes)

5.1.4. Xadrez (masculino e feminino) - 01 inscrito (masculino ou feminino)

5.1.5. Cabo de Guerra (masculino e feminino) - Equipe Masculina: até 600kg na soma do peso dos integrantes / Equipe Feminina: até 500kg na soma do peso das integrantes.

5.2. Pontuação dos vencedores dos Jogos Interclasse

5.2.1. Futsal (masculino e feminino) - 500 pontos para o vencedor, 400 pontos para o segundo lugar e 350 pontos para o terceiro.

5.2.2. Vôlei (misto) - 500 pontos para o vencedor, 400 pontos para o segundo lugar e 350 pontos para o terceiro.

5.2.3. Queimada (feminino) - 500 pontos para o vencedor, 400 pontos para o segundo lugar e 350 pontos para o terceiro.

5.2.4. Xadrez (masculino e feminino) - 400 pontos para o vencedor, 300 pontos para o segundo lugar e 200 pontos para o terceiro lugar.

5.2.5. Cabo de Guerra (masculino e feminino) - 500 pontos para o vencedor e 400 pontos para o segundo lugar e 300 pontos para o terceiro lugar.

6. DA GINCANA CULTURAL

6.1. Considerações gerais sobre a Gincana Cultural

6.1.1. Serão realizadas 5 provas principais ao longo da semana da I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse do CEd 104, uma por dia, simultaneamente aos Jogos Interclasse, a eventuais provas menores (até 10 membros), a provas contínuas ou a provas surpresas.

6.1.2. A prova “Solidação” será iniciada a partir do primeiro dia útil subsequente ao último dia do período de inscrições, disposto no item 3.1 deste edital.

6.2. Modalidades de provas da Gincana Cultural

6.2.1. Apresentação de canto (em ritmos afro-brasileiros)

6.2.1.1. Cada equipe deverá apresentar uma música, com acompanhamento instrumental ou playback (podem ser convidados outros alunos ou pessoas de fora da escola apenas para os acompanhamentos instrumentais e somente poderão ser utilizados violão, baixo e/ou percussão, exceto bateria).

6.2.1.2. Os instrumentistas, caso haja, devem trazer sua caixa de som e cabo de som para ligar seu instrumento musical ou agendar o uso da caixa de som previamente na Coordenação, a qual disponibilizará o equipamento conforme ordem de agendamento.

6.2.1.3. Deverá ser indicado de 1 a 3 participantes no ato da inscrição para representação da equipe de cada turma.

6.2.1.4. Os critérios de avaliação serão: Participação vocal de todos os membros da equipe inscritos na prova; pronúncia adequada; performance (criatividade na interpretação musical da equipe); afinação e harmonia.

6.2.2. Danças em ritmos afro (1ºs ano)

6.2.2.1. Cada equipe deverá apresentar uma dança afro-brasileira ou africana, com acompanhamento de música mecânica ou ao vivo (podem ser convidados outros alunos ou pessoas de fora da escola apenas para os acompanhamentos instrumentais).

6.2.2.2. Os instrumentistas, caso haja, devem trazer sua caixa de som e cabo de som para ligar seu instrumento musical ou agendar o uso da caixa de som previamente na Coordenação, a qual disponibilizará o equipamento conforme ordem de agendamento.

6.2.2.3. Deverão ser indicados de 1 a 15 participantes no ato da inscrição para representação da equipe de cada turma.

6.2.2.4. Os critérios de avaliação serão: participação efetiva na montagem da apresentação (ensaios, contribuição para os figurinos, ideias, etc.);

comportamento e disciplina; estética artística: sincronia na apresentação, domínio de passos; figurino/cenário utilizado como recurso estético.

6.2.3. Charge

6.2.3.1. Os alunos deverão compor um mosaico e uma charge sobre o tema do evento.

6.2.3.2. Deverá ser indicado 1 participante ou dupla para a confecção da charge temática.

6.2.3.3. Todas as turmas deverão providenciar para os seus participantes os seguintes materiais: 2 folha de papel Canson A4; 1 folha de papel branco A4 sem pauta (para rascunho); 2 pincéis; 1 caixinha de tinta guache; 2 tubos pequenos de cola

com glitter; 1 caixa de lápis de cor; 1 caixa de giz de cera; 1 lápis, 1 borracha e 1 apontador.

6.2.3.4. Somente será permitido o uso dos materiais listados acima, sob pena de desclassificação;

6.2.3.5. Ao finalizar a charge, a equipe/aluno deve deixar o produto final com o professor/monitor responsável pela prova e recolher o material restante ou doá-lo à escola a seu critério.

6.2.3.6. Os critérios de avaliação serão: pertinência ao tema (eliminatório), organização, originalidade crítica e estética artística (combinação de cores, aproveitamento de espaço, uso de técnicas).

6.2.4. Mural fotográfico e poético (2ºs anos)

6.2.4.1. Os alunos deverão compor um mural de fotografias e poesias compostas por eles mesmos sobre o tema do evento.

6.2.4.2. Deverão ser indicados de 1 a 15 participantes no ato da inscrição para representação da equipe de cada turma.

6.2.4.3. Todas as turmas deverão providenciar para os seus participantes os materiais necessários aos murais, tendo como regra mínima para sua composição serem confeccionados utilizando papel panamá.

6.2.4.4. Os critérios de avaliação serão: adequação do mural ao tema do grupo (estética, textos e figuras adequados e legíveis); relatório do grupo sobre a confecção do mural, o qual DEVE CONTER: como foi elaborado o mural (etapas de pesquisa e montagem)? Quem contribuiu com a pesquisa de fotos do mural? Quem compareceu às reuniões para montá-lo? Quem contribuiu para construir a(s) poesia(s)?

6.2.5. Redação dissertativa (3ºs anos)

6.2.5.1. Os alunos deverão escrever uma redação dissertativa sobre o tema a ser definido no enunciado questão da prova.

6.2.5.2. As inscrições poderão ser realizadas no limite de 1 a 15 participantes para representação da equipe de cada turma.

6.2.5.3. Os critérios de avaliação serão: Estrutura do texto (número mínimo e máximo de linhas; paragrafação; translineação); Uso da norma culta da língua (nova ortografia; aspectos gramaticais: colocação pronominal, concordância verbal e nominal, regência, etc.); Adequação ao tipo textual (argumentação, coesão, coerência); Pertinência ao tema (se houve ou não fuga ao tema).

6.2.5. “Solidação” – Solidariedade em Ação

6.2.5.1. Prova de caráter contínuo, em que cada equipe deverá apresentar um projeto de solidariedade em ação, com resultados sociais práticos e benéficos para a comunidade.

6.2.5.2. O projeto escrito deverá seguir o modelo do ANEXO II deste edital e a comprovação da sua execução realizada por meio de vídeo gravado em DVD, devidamente identificado com nome da equipe e turma.

6.2.5.3. Critérios de avaliação: entrega do projeto escrito e do DVD; adequação ao tema Igualdade racial para a justiça social; adequação do projeto escrito ao modelo do ANEXO II; coerência do vídeo gravado com o projeto escrito.

6.6. Pontuação das provas da Gincana Intercultural

6.6.1. Apresentação de canto (ritmos afro-brasileiros) - 300 pontos para o primeiro lugar, 200 pontos para o segundo, 150 pontos para o terceiro, 100 pontos para o quarto e 50 pontos para o quinto colocado.

6.6.4. Charge (em cada modalidade) - 300 pontos ao primeiro lugar, 200 pontos ao segundo e 100 pontos ao terceiro.

6.6.5. Enigma - 300 pontos ao primeiro lugar, 200 pontos ao segundo e 100 pontos ao terceiro.

6.6.6. “Solidação”- 1000 pontos para o primeiro lugar, 700 pontos para o segundo, 600 pontos para o terceiro, 400 pontos para o quarto, 200 pontos para o quinto e 100 pontos para todas as demais equipes que comprovarem a execução do projeto.

7. DA PREMIAÇÃO

7.1. Considerações gerais sobre a premiação

7.1.1. O primeiro lugar geral da I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse do CEd 104 será definido pelo somatório de pontos de todas as provas da gincana juntamente com os pontos das modalidades desportivas.

7.1.2. A premiação geral será realizada da seguinte forma: Primeiro lugar – Viagem para Caldas Novas; Segundo lugar – Clube ou cinema; Terceiro lugar – Lanche especial para toda a equipe.

7.1.3. As provas individuais da gincana serão premiadas com medalha para o vencedor de cada uma delas. As modalidades esportivas serão premiadas com medalhas para primeiro e segundo lugares.

ANEXO I FICHA DE INSCRIÇÃO

I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse do CEd 104
Tema: Igualdade racial para a justiça social

SÉRIE: _____ TURMA: _____ NOME _____ DA
EQUIPE: _____

TIPO DE INSCRIÇÃO:

JOGOS INTERCLASSE

MODALIDADES:

Futsal
Masculino (incluir reservas)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
- 10.. _____
- 11.. _____
- 12.. _____

Feminino (incluir reservas)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
- 10.. _____
- 11.. _____
- 12.. _____

Xadrez

1. _____

Vôlei

Misto (3 homens e 3 mulheres como titulares e 3 homens e 3 mulheres como reservas)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____

10. _____
11. _____
12. _____

Queimada

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____

Cabo de Guerra

Masculino Feminino

(FICHA DE INSCRIÇÃO ANEXA)

I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse do CEd 104
Tema: Igualdade racial para a justiça social

FICHA DE INSCRIÇÃO - CABO DE GUERRA

Masculino

Kg

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____

Feminino

KG

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
- 10.. _____
- 11.. _____
- 12.. _____
- 13.. _____
- 14.. _____
- 15.. _____

I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse do CEd 104
Tema: Igualdade racial para a justiça social

TIPO DE INSCRIÇÃO:

GINCANA AFRO-BRASILEIRA

Apresentação de canto (em ritmos afro)

1. _____
2. _____
3. _____

Danças em ritmos afro (1ºs ano)

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____

15. _____

Charge (todas as séries)

1. _____

2. _____

Esquete teatral (3ºs ANOS)

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

Mural fotográfico e poético (2ºs ANOS)

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

11. _____

12. _____

13. _____

14. _____

15. _____

Redação dissertativa (3ºs ANOS)

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____

“Solidação” – Solidariedade em Ação

Toda a equipe

MODELO – PROJETO ESCRITO

SOLIDARIEDADE EM AÇÃO (“SOLIDAÇÃO”)

I Gincana Afro-brasileira e Jogos Interclasse do CEd 104

Tema: Tema: Igualdade racial para a justiça social

O projeto escrito deve conter:

- Capa
- Introdução (breve apresentação do projeto: o que é? Qual a proposta? Onde será realizado?)
- Justificativa (Por que realizar este projeto?)
- Objetivo (o que o grupo pretende alcançar com este projeto?)
- Metodologia (como o projeto foi executado?)

Resultados alcançados (O que o grupo conseguiu realizar dentro da proposta do projeto? Com base no projeto, qual a visão do grupo sobre “Igualdade racial para a justiça social”? Falem um pouco sobre o que aprenderam com este projeto, como a visão de mundo de vocês se modificou ao realizá-lo, etc.

